



MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDO DO CAMPO

Secretaria da Fazenda

Departamento de Orçamento e Gestão

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DE ELABORAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL-PPA 2026-2029

Aos vinte e três dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, no Plenário da Câmara Municipal de São Bernardo, situado na Praça Samuel Sabatini, nº 50, Centro, realizou-se Audiência Pública destinada à apresentação do Projeto do Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2026-2029, em atendimento ao disposto no artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal, no artigo 44 do Estatuto da Cidade, bem como nos artigos 165 e 174 da Constituição Federal. O edital de chamamento foi publicado no jornal Notícias do Município, em sua edição de 8 de agosto de 2025, convidando a população a participar do evento. Compuseram a mesa dos trabalhos a Vereadora Luana Eloá, presidente da audiência, a Secretária da Fazenda Tatiana Moncayo Martins Rebucci, a Diretora do Departamento de Orçamento e Gestão Larissa Carolina de Almeida Marco e a Diretora da Divisão de Orçamento Público Karina Zoratti. Declarados abertos os trabalhos, ressaltou-se que, após a apresentação do Executivo, a palavra seria concedida aos vereadores e, em seguida, à população, que poderia encaminhar perguntas e sugestões por escrito, a serem respondidas formalmente. A Secretária da Fazenda, Tatiana Rebucci, iniciou agradecendo a presença dos vereadores, servidores da Câmara, secretários municipais, colaboradores e equipe técnica da pasta. Destacou que o PPA é fruto de trabalho técnico aliado à ampla participação social, servindo para orientar políticas públicas, organizar recursos e investimentos e atender melhor à população no período de 2026 a 2029, com transparência e responsabilidade fiscal. A presidente da mesa anunciou os vereadores presentes até aquele momento: Bispo João Batista, Getúlio do Amarelinho, Gordo da Adega, Julinho Fuzari, Nina Braga, Pery Cartola e Renan Queiroz. Na sequência, a Secretária da Fazenda solicitou que todos registrassem presença, ressaltando a importância da informação para encaminhamento ao Tribunal de Contas. Em sua exposição, a Secretária destacou que o PPA é instrumento obrigatório de planejamento governamental, previsto no artigo 174 da Constituição Federal, e lembrou o artigo 165, que define os três principais instrumentos de planejamento do setor público: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), já enviada à Câmara em 30 de abril, e a Lei Orçamentária Anual (LOA), a ser encaminhada até 15 de outubro. Enfatizou que planejar é essencial para organizar recursos públicos, atender necessidades da população e garantir responsabilidade fiscal, destacando que o plano deve refletir as reais prioridades coletivas, e não apenas a vontade do governo. Quanto à metodologia de elaboração, foi informado que o processo contemplou análise do plano de governo registrado pelo então prefeito na Justiça Eleitoral, reuniões técnicas com todas as secretarias, levantamento de indicadores e metas, análise territorial para identificar demandas específicas de diferentes bairros e ampla escuta da população, por meio de consulta pública online, de 15 audiências descentralizadas e da audiência centralizada realizada na Câmara. No total, foram registradas 3.398 contribuições, sendo 1.240 online e 2.159 presenciais, incluindo filipetas e manifestações orais. Após análise de pertinência, 1.742 contribuições foram consideradas relativas ao PPA, sendo que foram incorporadas 94,5% destas. Foram também apresentadas as projeções econômicas utilizadas como referência, com base no Boletim Focus do Banco Central (julho de 2025), incluindo estimativas para PIB, IPCA, taxa Selic e câmbio até 2028, ressaltando-se o

42 impacto direto desses indicadores sobre contratos, financiamentos internacionais e arrecadação
43 municipal. Em seguida, a palavra foi passada à Diretora do Departamento de Orçamento e
44 Gestão, Larissa Carolina de Almeida Marco, que apresentou a estrutura programática do PPA.
45 Explicou que os programas foram formulados de forma transversal, buscando integração
46 intersecretarial e valorização do servidor público como protagonista da execução das políticas.
47 Foram definidos dezenove programas, sendo dezesseis na Administração Direta, dois na
48 Administração Indireta e um no Legislativo, detalhando-se cada um com as secretarias
49 responsáveis e seus respectivos objetivos: SBC Eficiente, focado na eficiência da máquina
50 pública e ações das secretarias de Fazenda Procuradoria, Justiça, Ouvidoria, Comunicação,
51 Administração, Concessões, e Controladoria; Conexão Política, para integração entre entes
52 administrativos e população, coordenado pela Secretaria da Chefia de Gabinete e participações
53 da Secretaria de Governo, Fazenda, Coordenação Governamental e Fundo Social;
54 Desenvolvimento dos Servidores, focado em capacitação, estrutura de carreira e criação de escola
55 de governo; SBC Atende Mais, para agilidade e facilitação no atendimento ao cidadão incluindo
56 Atende Bem, Procon e serviço funerário; Educando para a Vida, abrangendo educação pública
57 de qualidade a partir dos sete anos, visando erradicar o analfabetismo e promover inclusão; Saúde
58 para Frente, garantindo sistema público de saúde acessível, integrado e humanizado com foco na
59 atenção básica, controle de vetores, zoonoses e saneamento; Garantia de Direitos, destinado à
60 diminuição da desigualdade social com ações para mulheres, pessoas com deficiência e
61 segurança alimentar; SBC é Cultura, promovendo descentralização cultural e investimentos em
62 recursos federais e Fundo de Cultura; Esporte é Vida, contemplando atletas de alto rendimento e
63 base, lazer e bem-estar; Cidade para Frente é Cidade Segura, com ações de segurança pública,
64 inteligência, governança da segurança e atuação integrada com órgãos externos e Guarda
65 Municipal; Desenvolve SBC, focado no desenvolvimento econômico, atração de empresas,
66 empreendedorismo e educação para emancipação econômica; Mais Moradia, Mais Felicidade,
67 para redução do déficit habitacional, regularização fundiária e produção de unidades
68 habitacionais; Cuidando da Primeira Infância, com foco em crianças de zero a três anos em creche
69 e educação infantil, monitoramento interdisciplinar; Infraestrutura Inteligente, Cidade e
70 Movimento, integrando infraestrutura urbana, serviços urbanos, mobilidade e planejamento
71 urbano; SBC Resiliente, destinado a minimizar riscos decorrentes de chuva e erosão com ações
72 de defesa civil e intervenções antecipadas; SBC Sustentável, vinculado à Secretaria de Meio
73 Ambiente, Sustentabilidade e Proteção Animal, relacionando meio ambiente e saúde pública
74 incluindo serviços veterinários e zoonoses; Programas da administração indireta: Gestão da
75 Performance da Faculdade de Direito, com indicadores externos como Enade e exame da Ordem
76 dos Advogados, e Gestão da Previdência Municipal, focada em redução de riscos e
77 fortalecimento da previdência; Programa enviado pelo Legislativo para assegurar o pleno
78 funcionamento da Câmara e apoio aos vereadores em suas funções de interlocução e fiscalização.
79 Destacou ainda o alinhamento do PPA à Agenda 2030 da ONU e às boas práticas de governança
80 e controle externo, em consonância com orientações do Tribunal de Contas. A presidente da mesa
81 registrou os novos vereadores presentes: Ananias Andrade, Jorge Araújo, Léo R.R., Lucas
82 Ferreira e Reginaldo Burguês, além dos já citados anteriormente. Aberto o espaço para
83 manifestações, os vereadores puderam formular perguntas, com tempo limitado a três minutos
84 cada, sendo reiterado que as contribuições da população recebidas por escrito seriam respondidas
85 formalmente pela Administração. Não havendo outras manifestações, e cumpridas as

86 formalidades legais, a presidente encerrou a audiência, agradecendo a presença da população,
87 vereadores e técnicos da Secretaria da Fazenda.